



GABINETE DO VEREADOR DANIEL FINIZOLA (PT)

PROJETO DE LEI Nº /2019

EMENTA: Denomina artéria nesta cidade e dá outras providências

Art. 1º Fica denominada de **Avenida Marielle Franco**, a atual Rua Sem Nome, cuja localização está identificada no mapa em anexo, com início na BR 104, via que dá acesso à Universidade Federal de Pernambuco – Campus Agreste.

Art. 2º Fica autorizado o Poder Executivo do Município de Caruaru determinar ao órgão competente que proceda à sinalização da nomenclatura prevista no artigo anterior, bem como comunicar à Agência de Correios e Telégrafos para o devido cadastramento no Código de Endereçamento Postal (CEP).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de março de 2019

- JUSTIFICATIVA -

Marielle Francisco da Silva, conhecida como Marielle Franco (Rio de Janeiro, 27 de julho de 1979 – Rio de Janeiro, 14 de março de 2018), foi uma socióloga, feminista, defensora dos direitos humanos e política brasileira. Filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), elegeu-se vereadora do Rio de Janeiro para a Legislatura 2017-2020, durante a eleição municipal de 2016, com a quinta maior votação. Crítica da intervenção federal no Rio de Janeiro e da Polícia Militar, denunciava constantemente abusos de autoridade por parte de policiais contra moradores de comunidades carentes. Em 14 de março de 2018, foi assassinada a tiros junto a Anderson Pedro Mathias Gomes na região central do Rio de Janeiro.

Marielle Franco era filha de Marinete e Antonio Francisco da Silva Neto. Com criação católica, nasceu no Complexo da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, e se apresentava como "cria da Maré". Em 1990, aos 11 anos de idade, começou a trabalhar, usando o salário para ajudar a pagar os seus estudos. Posteriormente, também exerceu a função de educadora infantil em uma creche. [...]

Em 1998, Franco deu à luz sua primeira e única filha, Luyara. Naquele mesmo ano, matriculou-se na primeira turma de pré-vestibular comunitário oferecido no Complexo da Maré. Em 2000, começou a militar pelos direitos humanos, depois de uma de suas amigas ser atingida fatalmente por uma troca de tiros entre policiais e traficantes na Maré.

Em 2002, ingressou na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), estudando Ciências Sociais com uma bolsa integral obtida pelo Programa Universidade para Todos (Prouni). Após se graduar em Ciências Sociais, concluiu um mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF), onde defendeu a dissertação intitulada "UPP - A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro".

Franco identificava-se como parte da comunidade LGBT e, em 2017, mudou-se para o bairro carioca da Tijuca com sua esposa, Mônica Benício, e sua filha, Luyara. Franco e Benício iniciaram um relacionamento amoroso em meados dos anos 2000, e em 2018 haviam marcado o casamento para o ano seguinte.

Na eleição estadual carioca de 2006, Franco integrou a equipe de campanha que elegeu Marcelo Freixo à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Com a posse de Freixo, foi nomeada assessora parlamentar do deputado, trabalhando com ele por dez anos. Franco assumiu a coordenação da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e, nesta posição, prestou auxílio jurídico e psicológico a familiares de vítimas de homicídios ou policiais vitimados. Um dos casos que ela ajudou a solucionar foi o de um policial civil assassinado por um colega. [...]

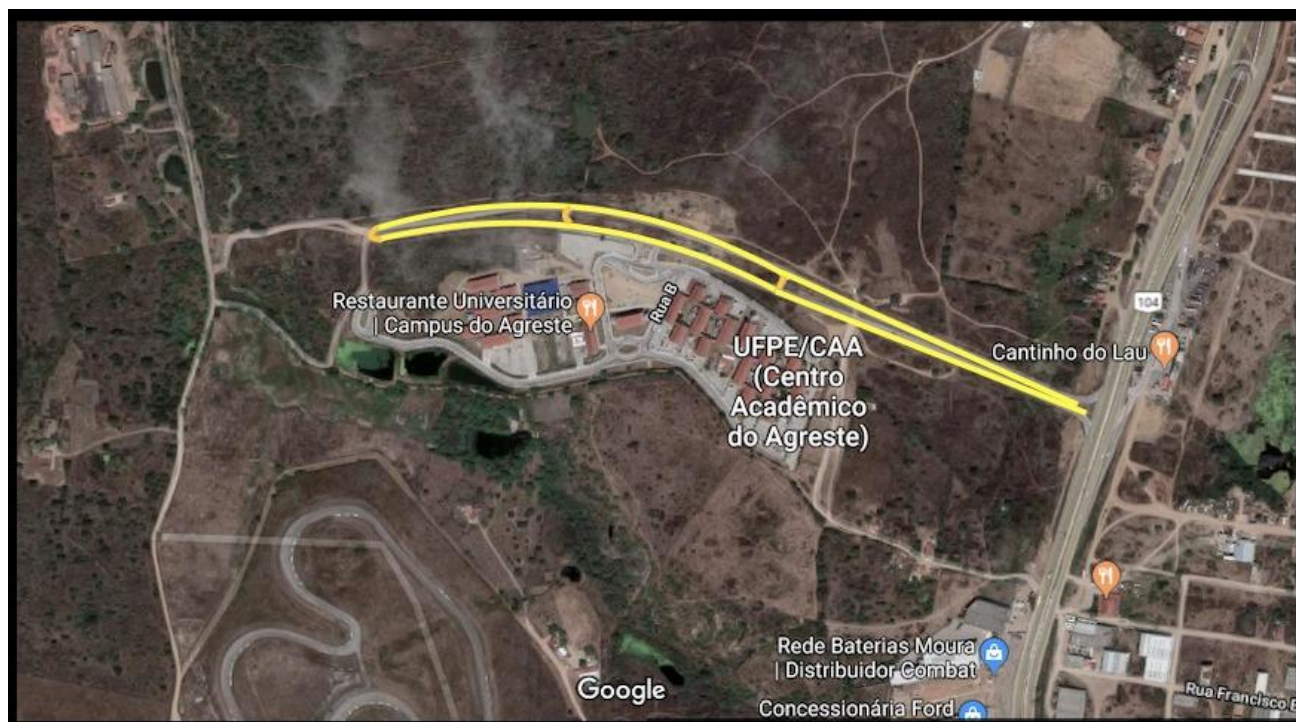
Em 2016, na sua primeira disputa eleitoral, foi eleita vereadora na capital fluminense pela coligação Mudar é possível, formada pelo PSOL e pelo PCB. Com mais de 46 mil votos, foi a quinta candidata mais votada no município e a segunda mulher mais votada ao cargo de vereadora em todo o país.

Franco foi executada com três tiros na cabeça e um no pescoço, por volta das 21h30min de 14 de março de 2018, quando também foi assassinado Anderson Pedro Mathias Gomes, motorista do veículo em que a vereadora se encontrava. [...] De acordo com a Human Rights Watch, o assassinato dela relacionou-se à "impunidade existente no Rio de Janeiro" e ao "sistema de segurança falido" do estado.¹

As questões do feminismo, da luta contra o racismo, bem como a defesa dos Direitos Humanos nas favelas e periferias do país, modularam o perfil de seu mandato e seus projetos em busca de um modelo de cidade mais justa.

Neste dia 14 de março, completa-se um ano do assassinato da vereadora e ainda não se respondeu quem matou Marielle e Anderson e quem mandou matar. Este Projeto de Lei visa a homenagear *post mortem* esta mulher vereadora, socióloga, negra, por ela mesma definida "cria da Maré", e que lutou contra todos os atos de violência enquanto.

Sala das Sessões, 12 de março de 2019.



¹ Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Marielle_Franco>. Acesso em: 12 mar. 2019.